

TERMO DE REFERÊNCIA**PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA****ÓRGÃO SOLICITANTE****Secretaria de Assistência Social****1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para FORNECIMENTO PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA para a casa lar mantida pelo CIAS.

1.1. Especificações e quantidades

Item	Descrição	Tipo	Qtde
1	Shampoo anti caspa 400 ml	PET	60
2	Shampoo, sem sal, para todos os tipos de cabelos 325/350 ML	PET	60
3	Condicionador 325/350 ML	PET	120
4	Gelatina em pó sabores 20g	UN	300
6	Sabão líquido para roupas de Bebês 500 ml	PET	60
7	LENÇO UMIDECIDO TOALHIHAS : para higiene infantil dos bebês, EMBALAGEM com no mínimo 100 unidades, com solução suave e não irritante, com Aloe Vera. Sistema puxa fácil	UN	200
8	Escova de dentes adulto Cerdas ultra macias	UN	40
9	Brilha Alumínio 500 ML	PET	36
10	Fraldas P - 4 camadas de proteção, barreiras laterais, fita ajustável, 36 unidades. Referencia Mili	PCT	120
11	Fraldas M - 4 camadas de proteção, barreiras laterais, fita ajustável, 88 unidades. Referencia Mili	PCT	120
12	Fraldas G - 4 camadas de proteção, barreiras laterais, fita ajustável, 78 unidades. Referencia Mili	PCT	120
13	Fraldas XG - 4 camadas de proteção, barreiras laterais, fita ajustável, 68 unidades. Referencia Mili	PCT	120
14	Fraldas XXG - 4 camadas de proteção, barreiras laterais, fita ajustável, 58 unidades. Referencia Mili	PCT	120

1.2. Da natureza do objeto

Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se torna necessária para fornecimento de material para atendimento do CIAS na Casa Lar Menino Jesus, que neste momento conta com 12 acolhidos, 20% acima de sua capacidade. Sendo esses itens mínimos para atendimento local, uma vez que podemos recorrer a compra com recursos do FEAS E FNAS com a programação devida em licitação no ente Prefeitura Municipal de Santa Fé. A escolha da dispensa local se faz necessária devido aos recursos recebidos dos consorciados, fonte própria de seu orçamento, e garantia local do fornecimento mínimo dos itens básico para funcionamento da entidade, uma vez que qualquer processo ou devolução de itens ou falta na sua origem pode prejudicar a entidade,

que atende desde recém nascidos até jovens de até 18 anos. Ainda possuindo fornecedores locais, a casa pode a qualquer momento repor um item faltante.

O CIAS não possui acesso ao sistema de preço e recorreu as licitações locais, ao menor preço PR quando funciona e ao Zoom como fonte de cotações.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

Não.

3.2. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

Não.

3.3. Será admitida a participação de consórcios?

Não.

3.4. Será admitida a participação de cooperativas?

Não.

3.5. Será admitida a subcontratação?

Não

3.6. Do agrupamento de itens em lotes

3.6.1. A aquisição/contratação se dará em lotes?

Não

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

Não se aplica.

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

Não

4.3. Será exigida prova de conceito?

Não

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

Não

4.5. Será exigida garantia de proposta?

Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta

Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou

sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

Por emissão de NAD ou Ordem de compra, pedido ou requisição, o material deverá ser entregue em até 2 hora após o pedido.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Local: Rua Vera Cruz 209, das 8 as 17 horas, ou por retirada direta no estabelecimento vencedor.

6.3. Bens perecíveis

Não

6.4. Garantia de execução do contrato

Não

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

Não.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do

fornecimento;

- f) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- g) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

Somente por assinatura de contrato

8.2. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Antonio Marcos Molonha
Cargo: Secretária de Assistência Social
Matrícula: 201000
E-mail: antoniomarcosmolonha@gmail.com

Fiscal:

Nome: Flávia Renata Blasques
Cargo: Psicóloga
Matrícula: 201574
E-mail: flaviablasques@hotmail.com

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**9.1 Prazos**

Prazo de pagamento: 7 dias após a emissão da NF e término da prestação de serviços.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza	Fonte

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor máximo estimado será de **R\$ 27.695,16**

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Há necessidade da dispensa local devido as falhas de logísticas das empresas que geralmente ganham os processos licitatórios, entregando de modo parcelado, entregando itens fora de padrão, onde o processo de notificação, de resposta, defesa e conclusão pode prejudicar os acolhidos deixando itens necessários em falta. Itens perecíveis, itens com validade razoável que não podem ser estocados em grande quantidade. Enquanto não há no município legislação que molde a contratação regionalizada, optou-se pela dispensa local, seguindo o processo de publicação legal para eventual apresentação de valores mais baixos.

13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

CIAS

CNPJ 97.523.240/0001-02

Nome:

E-mail:

Telefone institucional: 44-3241247

Santa Fé, 19 de JANEIRO de 2024.



Antonio Marcos Molonha

Secretária de Assistência Social